

ca. séc. IV d. C. - O substrato sócio-cultural deve a sua existência à presença de povos de caçadores-recolhedores de origem bantu. O território era habitado por populações oriundas da África Ocidental que conheciam e produziam ferro, cobre e ouro e que, mais tarde, favoreceram a expansão do comércio marítimo.

ca. séc. VI - Chegada dos primeiros navegadores estrangeiros. Presença das culturas árabe, persa e swahili, pelo menos nas costas.

ca. séc. VIII d. C. - Os árabes começam o comércio de mercadorias de e para a região. Trazem cerâmicas, panos, vidros, missangas, sal e objectos de metal e trocam por ouro, óleo de palma, cornos de rinocerontes, pele de animais, âmbar e marfim.

1498-1505 - Os portugueses procuram o controle do monopólio do comércio das especiarias, então nas mãos dos árabes. A costa moçambicana foi considerada estratégica na rota do caminho marítimo para a Índia. Criadas feitorias em Sofala e na Ilha de Moçambique e, mais tarde, em Sena, Tete, Quelimane e Inhambane.

1692 - Tendo em vista o controlo do comércio e dos territórios, a Coroa Portuguesa estabeleceu um regime de concessões de terras: os prazos. Os arrendatários recebiam terras que pertenciam às populações africanas; eles deviam defendê-las em troca do pagamento de um imposto.

1752 - Portugal reclama Moçambique como sua possessão passando este último a ter estatuto administrativo separado da Índia com o nome de Governo e Capitania Geral de Moçambique, Sofala e Rios de Sena. Contudo, a exploração do interior foi muito lenta por causa quer da resistência das populações autóctones quer da presença de outras potências europeias. Os principais produtos de comércio eram marfim, cobre, ouro e os escravos, estes últimos comprados e vendidos por chefes tribais, prazeiros e por comerciantes árabes e portugueses.

1885-1891 - Portugal inicia um processo de colonização efectiva do território. Dada a escassa capacidade financeira e de recursos humanos, foram entregues em concessão largas porções de terras a companhias particulares, as quais constituem verdadeiros Estados dentro do Estado.

1894-1895 - Gungunhana chefia os guerreiros Changana contra as milícias portuguesas mas é forçado ao exílio.

1917 - Rebelião das populações africanas do Vale do Zambeze (Báruè) contra a obrigação de alinhar no exército português. Outras acções de guerrilha prolongaram-se até depois do fim da I Guerra Mundial.

1929 - Os portugueses ocupam administrativamente toda a colónia. A política do Estado Novo limita o poder das grandes Companhias. Exploração das plantações para exportação de produtos como algodão, açúcar, caju, copra, chá e sisal.

1945 - Portugal opõe-se ao movimento de descolonização e inicia-se um rápido processo de desenvolvimento nas colónias tendo em vista a integração das respectivas populações.

Década de 50 - Em 1951, Moçambique recebe estatuto de Província do Ultramar. Aumenta o número de imigrantes portugueses. A chegada dos colonos, na sua maioria gente humilde, impediu a evolução de uma pequena burguesia de autóctones, através da monopolização de oportunidades de trabalho para a função pública e sufocou as aspirações nacionalistas, impedindo aos africanos o acesso ao poder burocrático e administrativo. Em finais desta década, a economia atravessa uma fase de expansão mantendo-se muito embora as enormes clivagens sociais que separavam por exemplo, os europeus dos negros "não assimilados".

Década de 60 - Em 1960, ocorre o Massacre de Mueda (Cabo Delgado) pelas forças coloniais. Em 1962, três grupos nacionais de oposição ao regime colonial conseguiram formar a Frelimo, em Dar-es-Salaam. Em 1964, começa a guerra de libertação. A Frelimo empreendeu uma guerrilha anti-colonial a partir do Norte envolvendo a população rural na luta. No final desta década, mais precisamente em 1968, inicia-se a construção da barragem de Cahora Bassa.

Década de 70 - Em 1972, Moçambique recebe estatuto de Estado semi-autónomo da Metrópole. As maiores receitas provêm dos portos e caminhos de ferro. As importações eram aproximadamente o dobro das exportações. O défice da balança comercial era compensado com as receitas do turismo da África do Sul e, sobretudo, com as remessas dos moçambicanos que trabalhavam nas minas da África do Sul e da Rodésia. Em 1974, as delegações da Frelimo e do Estado Português reúnem-se na capital zambiana para a assinatura dos Acordos de Lusaka conducentes à Independência de Moçambique, cuja data é estabelecida para 25 de Junho de 1975. Declarada a Independência aos 25 de Junho de 1975, o País enfrenta a fuga do pessoal técnico e da pequena burguesia dos empresários portugueses que, deixando um enorme vazio, contribuem para a paralisia do sistema económico. Junta-se a isto também os contrastes com os países vizinhos, que tiveram reflexos negativos nas relações comerciais. Em 1976, dá-se o fecho das fronteiras com a Rodésia do Sul em apoio à luta de libertação do Zimbábwè. No ano seguinte é criada a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Em 1977, por ocasião do 3o. Congresso da Frelimo, adopta-se no país um regime político monopartidário de orientação marxista-leninista. Nacionalização do património estatal e dos sectores económicos e arranque da reforma agrária e de uma notável campanha de alfabetização de massas. Adesão ao Movimento dos Países Não-Alinhados, mantendo ao mesmo tempo fortes ligações económicas e políticas com os países comunistas. De 1977 a 1981, no período da Reconstrução o País identifica-se como estado-nação ao serviço do cidadão. O volume das exportações duplica, a participação das comunidades organizadas em grupos dinamizadores galvaniza o cidadão e todos os sectores sociais. Em 1981, é introduzido um sistema de racionamento de bens por conta da severa seca que atingiu o país neste ano.

Década de 80 - Aos 16 de Junho é criado o Metical, a moeda do país independente. Em 1982, a Renamo lança uma série de ataques às infra-estruturas do País. O Zimbábwè recém-independente envia tropas para proteger o Corredor da Beira. A guerra e a seca levam a uma prolongada fome e o governo lança um apelo à comunidade internacional. Em 1984, o Acordo de Nkomati estabelece que o regime da África do Sul não apoie oficialmente a Renamo na condição de Mocambique abandonar o apoio ao ANC. O país inicia um processo de liberalização económica tornando-se membro do FMI e Banco Mundial. É obtido o primeiro reescalamento da dívida externa junto ao Clube de Paris. Em 1985, o país recebe o primeiro crédito do Banco Mundial, através da instituição IDA (International Development Association). No ano seguinte (em 1986), o Presidente Samora Machel morre num acidente aéreo em território sul-africano. Em seguida, Joaquim Chissano é eleito Presidente pela então Assembléia Popular. Comida e vestuário escasseiam e cerca de um quarto da população desloca-se das zonas em que habitava. A seca continua a assolar o país e, por este motivo, o racionamento de bens é estendido à Beira. Em 1987, é introduzido o PRE (Programa de Reabilitação Económica) sob a alçada do FMI. O objectivo é reestabelecer o equilíbrio macro-económico através de medidas de âmbito económico orientadas para o mercado como, por exemplo, reduzir a inflação (que então rondava os 50%), unificar a taxa de câmbio, liberalizar o comércio. Em Julho de 1989, no decurso do seu V Congresso, a Frelimo decide abandonar oficialmente a designação marxista-leninista.

Década de 90 - É introduzido, em 1990, o PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social), cuja preocupação maior é de atacar a componente social, que se encontrava bastante enfraquecida. É aprovada uma nova Constituição da República que, dentre outros factos relevantes, redefine o País como um Estado de Direito multipartidário e democrático. Em 1992, é assinado em Roma o Acordo Geral de Paz entre o Governo e a Renamo. Para além de um grande número de mortos, a guerra deixou milhares de crianças órfãs, vítimas das minas, deficientes; estimava-se em acima de 4 milhões o número de deslocados e refugiados. Em 1994, têm lugar as primeiras eleições gerais e presidenciais democráticas multipartidárias. A comunidade internacional (organizações multilaterais, governos e organizações não governamentais) presta um grande apoio ao País. Em 1995, Moçambique adere à Commonwealth. Em 1998, realizam-se as primeiras eleições municipais da história em cidades e vilas elevadas à categoria de autarquia municipal. No final desta década, concretamente em 1999, a Frelimo sai vencedora, por intermédio do seu líder Joaquim Chissano, das eleições gerais (presidenciais e parlamentares).

2000-2004 - Em 2000, registam-se cheias devastadoras no Centro e no Sul do País, que cujos impactos superam os dos anos de 1983 e 1991. Em 2001, mais cheias assolam algumas áreas nas regiões Norte e Centro. No âmbito da iniciativa HIPC reforçada para a redução da dívida externa, o país alcança o completion point. O país submete às instituições de Bretton Woods a sua visão estratégica de médio prazo de combate à pobreza absoluta, denominada PARPA I (Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2001-2005). Em 2001, tem início a implementação da Estratégia Global da Reforma do Sector Público 2001-2011, com duas fases (2001-2005 e 2006-2011). Em 2003, é realizada em Maputo, de 4 a 12 de Julho, a Cimeira da União Africana reunindo Chefes de Estado Africanos. Realizam-se as segundas eleições autárquicas da história do país em Novembro. Em Junho de 2004, tem lugar em Maputo a Cimeira da UE-ACP. Ainda neste ano são realizadas as terceiras eleições gerais e presidenciais em Dezembro, vencidas por Armando Emílio Guebuza (Frelimo). Em 2004 é também aprovada a nova Constituição da República, que entra em vigor a partir de 21 de Janeiro de 2005.

2005 - 2008 - Em 2005 são comemorados os 30 anos da Independência Nacional. Por ocasião da cimeira do G-8, Moçambique é um dos contemplados no plano de cancelamento imediato da dívida externa dos 18 países mais pobres do mundo. Toma posse o Conselho de Estado, um órgão político de consulta do Presidente da República consagrado na nova constituição aprovada no ano anterior. Em Dezembro é aprovada a Lei que cria o Metical da Nova Família que, a partir de 1 de Julho de 2006, substitui gradualmente as notas e moedas em circulação do então Metical em vigor. Aprovado novo decreto de procurement do Estado Moçambicano, com entrada em vigor em Junho de 2006. Em 2006, tem início a construção da Ponte da Unidade Nacional, entre Caia (Província de Sofala) e Chimuara (Província da Zambézia). O Conselho de Ministros aprova o novo Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009, denominado PARPA II. Em 2007, é aprovada nova Lei do Trabalho e concretizada a reversão da HCB para o Estado Moçambicano, num montante global de 950 milhões de USD, por meio do qual o Estado moçambicano a deter 85% das acções do empreendimento. Entregue, pelo Governo de Mocambique à CVRD, o título de concessão de exploração das minas de Moatize. Em finais de 2007, entra em funcionamento o megaprojecto das Areias Pesadas de Moma. Em 2008, é realizada pela primeira vez em Maputo a Reunião Anual do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento. Têm lugar as terceiras eleições municipais do país em 43 municípios.

Fonte: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História. História de Moçambique, Maputo, Tempo, 1982-1993, 3v; University of California, Santa Barbara
(<http://www.spanport.ucsb.edu/faculty/mcgovern/mocambique.html>);
Newitt, Maylyn, História de Moçambique, Lisboa, Europa-América, 1997.